Disciplina: TRIBUTAÇÃO E JUSTIÇA FISCAL

Docentes: Prof. Dr. Manoel Cavalcante de Lima Neto

Prof. Dr. Basile Georges Campos Christopoulos

Carga horária: 45hs

Condição da Disciplina: Eletiva

EMENTA:

- A disciplina oferece uma abordagem integrada e crítica das dimensões jurídicas da tributação e da justiça fiscal, dividida em dois módulos complementares. No Módulo I, estuda-se o papel da tributação e da dívida pública como instrumentos de financiamento estatal, com foco nas limitações constitucionais impostas para proteger os direitos fundamentais dos contribuintes. Discute-se o controle administrativo e judicial e os desafios contemporâneos da tributação, como a economia digital e as reformas tributárias. No Módulo II, são exploradas as teorias da justiça fiscal e as técnicas de argumentação jurídica aplicadas ao Direito Tributário, incluindo a análise da retórica, tópica, e lógica jurídica. O módulo enfatiza a aplicação prática dessas teorias na análise das decisões do Supremo Tribunal Federal, abordando a modulação de efeitos e a argumentação consequencialista, capacitando o discente para desenvolver argumentações robustas e fundamentadas no contexto jurídico-tributário.

OBJETIVO GERAL:

- Desenvolver uma compreensão aprofundada e crítica do sistema tributário brasileiro, enfatizando a inter-relação entre a tributação, a dívida pública e os direitos fundamentais dos contribuintes. Capacitar os discentes a analisar juridicamente as limitações constitucionais impostas ao poder de tributar, com ênfase no controle administrativo e judicial, e a aplicar teorias avançadas de justiça fiscal e técnicas de argumentação jurídica no Direito Tributário.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

No âmbito do Módulo I (Tributação, Dívida Pública, Direito dos Contribuintes e Relações com os Direitos Fundamentais):

•. Examinar as fontes de financiamento do Estado por meio da tributação e da dívida pública, destacando as limitações constitucionais destinadas a proteger os direitos fundamentais dos contribuintes.

•. Analisar o controle judicial e administrativo da tributação, enfatizando as restrições ao poder estatal de tributar, com base na jurisprudência e nos princípios constitucionais.

•. Discutir os desafios contemporâneos da tributação, como a economia digital e a erosão das bases tributárias, à luz das reformas no sistema tributário brasileiro.

No âmbito do Módulo 2 (Justiça Fiscal e Argumentação Jurídica):

•. Debater as principais teorias de justiça fiscal e sua aplicação no Direito Tributário, com ênfase na análise das desigualdades tributárias e na capacidade contributiva.

•. Explorar a retórica, a tópica e as técnicas de argumentação jurídica aplicadas à interpretação da jurisprudência tributária, desenvolvendo habilidades para elaborar e defender argumentos sólidos.

•. Analisar criticamente as decisões judiciais, enfocando a modulação de efeitos e os argumentos consequencialistas, e avaliando o impacto das decisões judiciais no contexto tributário.

CONTEÚDO PROGRMÁTICO:

- O conteúdo programático da disciplina será organizado em dois módulos, ministrados de forma independente pelos professores Manoel Cavalcante de Lima Neto e Basile Georges Campos Christopoulos. Cada módulo abrangerá um conteúdo específico que, em conjunto, compõe a totalidade da disciplina. Os professores terão autonomia para definir avaliações de forma individual ou integrada, conforme o planejamento estabelecido para compor a nota final da disciplina.

MÓDULO I - Tributação, Dívida Pública, Direito dos Contribuintes e Relações com os Direitos Fundamentais (20h/a) - Prof. Dr. Manoel Cavalcante de Lima Neto

- O Poder de Tributar
- Solidariedade e Tributação
- O Tributo como Preço da Liberdade
- Tributação e Custeio de Direitos Fundamentais
- Mudanças na Tributação
- Controle Judicial
- Crédito Público e Endividamento do Estado
- Dívida Pública e Direitos Fundamentais
- Direitos dos Contribuintes

MÓDULO II - Justiça Fiscal e Argumentação Jurídica (15h/a) - Prof. Dr. Basile Georges Campos Christopoulos

- Teorias da Justiça Fiscal
- Retórica dos Princípios no Direito Tributário

- Tópica e Jurisprudência Tributária
- Técnicas de Argumentação Jurídica
- Lógica Jurídica no Direito Tributário
- Decisões Judiciais e Argumentação Consequencialista
- Argumentos na Modulação de Efeitos

BIBLIOGRAFIA GERAL:

MÓDULO I - Tributação, Dívida Pública, Direito dos Contribuintes e Relações com os Direitos Fundamentais (20h/a) - Prof. Dr. Manoel Cavalcante de Lima Neto

ABRAHAM, Marcus. Dívida pública atrasa ampliação de direitos fundamentais e investimento público. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2016-nov-29/contas-vista-vale-constituicao-ou-anexo-metas-fiscais-lrf. Acesso em: 16 nov. 2023.

AFONSO, José Roberto; SANTANA, Hadassah Laís (Coord.). Tributação 4.0. São Paulo: Almedina, 2020.

ÁVILA, Humberto. Teoria da segurança jurídica. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

_____. Legalidade tributária material: conteúdo, critérios e medida do dever de determinação. 2. ed. São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.

BERCOVICI, Gilberto. Da constituição dirigente invertida à privatização das finanças públicas no Brasil. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/da-constituicao-dirigente-invertida-a-privatizacao-das-financas-publicas-no-brasil/. Acesso em: 16 nov. 2023.

CALABREZ, Felipe; LOUREIRO, Maria Rita. Capacidade estatal e dívida pública no Brasil: o caso da Secretaria do Tesouro Nacional. Revista de Sociologia e Política, v. 28, n. 75, e002, 2020.

CORREIA NETO, Celso de Barros. Tributação e direitos fundamentais. In: CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo et al. (Coord.). Direitos fundamentais e estado fiscal: estudos em homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

CHULVI, Cristina Poner. El deber constitucional de contribuir al sostenimiento de los gastos públicos. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Modificações da jurisprudência no direito tributário. São Paulo: Noeses, 2009.

FISCHER, Octavio Campos (Coord.). Tributos e direitos fundamentais. São Paulo: Dialética, 2004.

FILHO, Oswaldo Othon de Pontes Saraiva (Coord.). Direitos fundamentais dos contribuintes: homenagem ao jurista Gilmar Ferreira Mendes. São Paulo: Almedina, 2021.

FUCK, Luciano Felício. Estado fiscal e Supremo Tribunal Federal. São Paulo: Saraiva, 2017.

GODOI, Marciano Seabra; ROCHA, Sergio André. O dever fundamental de pagar impostos: o que realmente significa e como vem influenciando nossa jurisprudência? Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2022.

GRECO, Marco Aurélio. Solidariedade social e tributação. In: GRECO, Marco Aurélio; GODOI, Marciano Seabra (Coords.). Solidariedade social e tributação. São Paulo: Dialética, 2005.

HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass R. O custo dos direitos: por que a liberdade depende dos impostos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

LEÃO, Martha Toribio. O direito fundamental de economizar tributos: entre legalidade, liberdade e solidariedade. São Paulo: Malheiros, 2018.

LIMA NETO, Manoel Cavalcante de. Direitos fundamentais dos contribuintes: limitações constitucionais ao poder de tributar. Recife: Nossa Livraria, 2005.

LIMA NETO, Manoel Cavalcante de; LIMA, Alberto Jorge Correia de Barros; SOTTO-MAYOR, Lorena Carla Santos Vasconcelos; DIAS, Luciana Raposo Josué Lima (Coords.). Constituição, direitos fundamentais e política: estudos em homenagem ao Professor José Joaquim Gomes Canotilho. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

LIMA NETO, Manoel Cavalcante de; MELLO, Marcílio Barenco Corrêa. A importância dos tributos e da dívida pública no papel do Estado contemporâneo. Revista de Direito Brasileira, v. 30, n. 11, p. 329-345, set./dez. 2021.

MACHADO, Hugo de Brito. Direitos fundamentais do contribuinte e a efetividade da jurisdição. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Uma teoria do tributo. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

_____ (Coord.). Direitos fundamentais do contribuinte. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____; CASTILHO, Ricardo (Orgs.). Direito tributário e direitos fundamentais: limitações ao poder de tributar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MONTEIRO, Alexandre Luiz Moraes do Rêgo; FARIA, Renato Vilela; SIVEIRA, Ricardo Maitto (Coords.). Tributação da economia digital: desafios no Brasil, experiência internacional e novas perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2018.

MURPHY, Liam; NAGEL, Thomas. O mito da propriedade: os impostos e a justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NABAIS, José Casalta. Dever fundamental de pagar impostos. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

MÓDULO II - Justiça Fiscal e Argumentação Jurídica (15h/a) - Prof. Dr. Basile Georges Campos Christopoulos

ADEODATO, João Maurício. Uma Teoria Retórica da Norma Jurídica e do Direito Subjetivo. São Paulo: Noeses, 2011.

ADEODATO, João Maurício. A Retórica Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010. ALEXY, Robert. Direito, Razão, Discurso: estudos para a filosofia do direito. Trad. Luis Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

ANDRADE, Fábio Martins de. Modulação em Matéria Tributária: o argumento pragmático ou consequencialista de cunho econômico e as decisões do STF. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

ARISTÓTELES. Retórica. Trad. Edison Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

ATIENZA, Manuel. As Razões do Direito: teorias da argumentação jurídica. Trad. Maria Cristina G. Cupertino. São Paulo: Landy Editora, 2006.

ÁVILA, Humberto. Teoria dos Princípios. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012. CALIENDO, Paulo. Direito Tributário e Análise Econômica do Direito: uma visão crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário: linguagem e método. São Paulo: Noeses, 2009.

CHRISTOPOULOS, Basile. Controle de constitucionalidade de normas orçamentárias: o uso de argumentos consequencialistas nas decisões do Supremo Tribunal Federal. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo – USP. Disponível em: .

_____. Argumento Consequencialista no Direito. Direitos & Deveres - Revista Eletrônica do Mestrado em Direito da UFAL, v. 6, p. 4, 2016.

_____. Despesa Pública: estrutura, função e controle judicial. Maceió: Edufal, 2011. FERRAZ, JR. Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA NETO, Manoel Cavalcante de. Direitos Fundamentais dos Contribuintes: limitações constitucionais ao poder de tributar. Recife: Nossa Livraria, 2005. MACCORMICK, Neil & SUMMERS, Robert S. Interpreting Precedents: a comparative study. Aldershot: Darthmouth Publishing Company Limited, 1997. _____. Pratical Reason in Law and Morality. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. Legal Reasoning and Legal Theory. Oxford: Clarendon Press, 1994. _____. Rhetoric and the Rule of Law: a theory of legal reasoning. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MACHADO, Hugo de Brito. Direitos Fundamentais dos Contribuintes e a Efetivação da Jurisdição. São Paulo: Atlas, 2009. MARSILLAC, N. Racionalidade Retórica e Argumentativa. Princípios (UFRN. Impresso), v. 18, p. 291-311, 2011

MARTINS, Ives Gandra (Org.). Direitos Fundamentais do Contribuinte. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MEYER, Michel. A Retórica. São Paulo: Ática, 2007.

MICHELON, Cláudio. Princípios e Coerência na Argumentação Jurídica, in MACEDO JR, Ronaldo P. & BARBIERI, Catarina Helena Cortada. Direito e Interpretação: racionalidades e instituições. São Paulo: Saraiva, 2011. MOUSSALLEM, Tarek Moysés. Argumentação Consequencialista na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, in Sistema Tributário e Crise Atual. São Paulo: Noeses, 2009.

NABAIS, José Casalta. O Dever Fundamental de Pagar Impostos. Coimbra: Almedina, 2009.

NAGEL, Thomas & MURPHY, Liam. O Mito da Propriedade. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da Argumentação: a nova retórica. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POSNER, Richard. Law, Pragmatism, and Democracy. Cambridge/London: Harvard University Press, 2003.

_____. Utilitarianism, Economics, and Legal Theory, in The Journal of Legal Studies. Vol. 8, N. 1 (jan. 1979).

PISCITELLI, Tathiane dos Santos. Interpretação e Justificação no Direito: o requisito da coerência, in SOUZA, Priscila de. Sistema Tributário Brasileiro e Crise Atual. VI Congresso Nacional de Estudos Tributários. São Paulo: Noeses, 2009.

REBOUL, Olivier. Introdução à Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAEZ, Emmanuel & Zucman, Gabriel. The Triumph of Injustice: how the rich dodge taxes and how to make them pay. New York: W. W. Norton & Company, 2019.

SANCHES, J. L. Saldanha. Justiça Fiscal. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

SANTI, Eurico M. D. de. Lançamento Tributário. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
SCAFF, Fernando Facury. Constitucionalizando Direitos: 15 anos da Constituição Brasileira de 1988. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

SCAFF, Fernando Facury & MAUÉS, Antonio G. Moreira. Justiça Constitucional e Tributação. São Paulo: Dialética, 2005.

SCHUARTZ, Luis Fernando. Consequencialismo jurídico, racionalidade decisória e malandragem, in MACEDO JR, Ronaldo Porto & BARBIERI, Catarina H. Cortada. Direito e Interpretação: racionalidades e instituições. São Paulo: Saraiva, 2011.

TUCCI, José Rogério Cruz e. Precedente judicial como fonte do direito. São Paulo: RT, 2004.

VILANOVA, Lourival. As Estruturas Lógicas e o Sistema do Direito Positivo. São Paulo: Noeses, 2005.